

fo. residente
no Estado de São Paulo (Processo nº 12.923/87-8505).

PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO

Observação: Para obter o certificado de naturalização, o naturalizando deverá procurar a Justiça Federal do Estado, se o seu domicílio for na capital, ou o Juiz da Comarca de sua cidade, no prazo de até 12 meses a contar da data desta publicação (art. nº 119 §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.815/80).

PORTARIA Nº 157, DE 04 DE ABRIL DE 1988

O Ministro de Estado da Justiça, tendo em vista o que consta no Processo MJ - 12.904, de 1986,

R E S O L V E, nos termos do artigo 117, § 1º, do Decreto número 86.715, de 10 de dezembro de 1981, **AUTORIZAR** o funcionamento, no Território Nacional, da NOVA VIDA JEFFREY PIKE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, com sede em São Paulo, São Paulo.

PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores

PORTARIA DE 10 DE MARÇO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 86/- Conceder autorização para funcionamento à empresa "W" SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, (Proc. MJ nº 08000-11315/84), CGC nº 15.303.266/0001-80, especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades, exclusivamente, no Estado do PARÁ.

KURT PESSEK

(Nº 24.958 de 05-04-88 - CZ\$ 4.386,00)

PORTARIA DE 17 DE MARÇO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 98/- Conceder autorização para compra de armas e munições a empresa C.G.P. - CENTRAL DE GUARDA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA (Processo MJ nº 08255-616/88), CGC nº 16.150.765/0001-48, especializada em prestação de serviços de vigilância, conforme Portaria MJ nº 337, de 21 de dezembro de 1987, em estabelecimento comercial no Estado da BAHIA. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado da BAHIA, devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983:

- 12 revólveres calibre 38; e
- 120 cartuchos calibre 38, de fabricação nacional.

KURT PESSEK

(Nº 24.932 - 05-04-88 - CZ\$ 6.496,00)

PORTARIA DE 21 DE MARÇO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 103/- Conceder autorização para funcionamento à empresa SERVINOESTE-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, (Proc. MJ nº 08360-6731/85), CGC nº 04.746.764/0001-81, especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades, exclusivamente, no Estado do PARÁ.

KURT PESSEK

(Nº 24.963 de 05-04-88 - CZ\$ 5.568,00)

PORTARIA DE 24 DE MARÇO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 106 - Conceder autorização para funcionamento à empresa SEGURA - SEGURANÇA S/C LTDA (Proc. MJ nº 08500-12835/87), CGC nº 56.813.496/0001-77, especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades, exclusivamente, no Estado de SÃO PAULO.

KURT PESSEK

(Nº 24.915 - 05-04-88 - CZ\$ 5.568,00)

PORTARIA DE 25 DE MARÇO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 110/- Conceder autorização para funcionamento à empresa VANGUARDIA - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA S/C LTDA - ME, (Proc. MJ nº 8500-10785/87), CGC nº 56.098.064/0001-21, especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades, exclusivamente, no Estado de SÃO PAULO.

KURT PESSEK

(Nº 24.962 de 05-04-88 - CZ\$ 6.496,00)

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 116ª REUNIÃO (22.02.88) MANHÃ

As 10:00 do dia 22 de fevereiro de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na Sala Nº 302 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e ROGÉRIO LAURIA TUCCI. **Ausências justificadas:** Conselheiros ANTONIO EVA RISTO DE MORAES FILHO, ELOAR GUAZELLI, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, ED MUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e RUY DA COSTA ANTUNES. **I- Convidado presente:** Doutor ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA. **II- Apreciação das Atas - 114ª e 115ª** - aprovadas à unanimidade. **III- Reuniões descentralizadas** - Pelo Presidente foi delegada aos Conselheiros JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES e RENÉ ARIEL DOTTI, a incumbência de: o primeiro manter contato com o Secretário de Justiça do Estado de Minas Gerais, no sentido de acertar o período da realização do Encontro dos Secretários de Justiça naquela Capital, oportunidade em que o CNPCP realizará sua reunião em Minas. O segundo tomará providências similares junto à Universidade de Londrina/PR, quando da realização do II Congresso Brasileiro de Criminologia naquela cidade paranaense. **IV- Planejamento de Atividades-CNPCP/1988** - pelo Presidente foram levantados alguns dos temas a serem desenvolvidos no corrente exercício tais como: a) exame das Sugestões ao Anteprojeto de Código Penal - Parte Especial, após a promulgação da nova constituição; b) reexame do Anteprojeto de Código de Processo Penal, distribuindo-se inicialmente aos Conselheiros, cópia do texto em andamento no Senado Federal; c) revisão e consolidação das leis penais; e d) outros temas solicitados aos Conselheiros que os indicassem, a fim de que, na próxima sessão seja concluído o roteiro do trabalho prioritário a ser desenvolvido no corrente exercício. **V- Processos e expedientes relatados:** 1)- Conselheiro RENE ARIEL DOTTI: a) Processo Nº 020186/86 - Assunto: denúncia - VOTO: pelo arquivamento. Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. b) Ofício Nº 55/87 - Assunto: solicitação do Deputado Estadual Paranaense, CLÁUDIO ÁVILA DA SILVA, no sentido de examinar pretensão da Penitenciária de Curitiba/PR - Voto Preliminar: "Preliminarmente, voto pela conversão do feito em diligência a fim de que o DEPEN obtenha os seguintes elementos: 1º - Lei estadual (Santa Catarina) nº 3.707, de 4/8/65. 2º - Decreto estadual de Santa Catarina nº 438, de 16/02/53. 3º - Lei estadual (Santa Catarina) nº 5434, de 13/06/78. 4º - Decreto estadual nº 5196 de 3/7/78, de Santa Catarina. 5º - Decreto estadual (Santa Catarina), nº 5197, de 3/07/78. 6º - Informação, junto à Direção do Estabelecimento em foco, Penitenciária Região Sul Dr. Walter Tenório Cavalcanti, sobre se a referida unidade recebe condenados em regime fechado e se existe projeto de construção de ala de segurança máxima". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. c) Ofício S/Nº-87 Assunto: Conclusões do Simpósio Nacional sobre Culpa realizado em Londrina/PR - VOTO: pela exclusão da pauta e conclusão posterior. Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. 11) Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI - a) Assunto: Competência atinente ao "cumprimento de pena na Justiça Comum e na Justiça Federal" - I - Atendendo a ordenação do Exmo. Sr. Conselheiro Presidente, alusiva a indagação da Ilustre Juíza da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, feita na Reunião da Região Nordeste, teço as considerações entendidas pertinentes à determinação de competência em matéria de execução penal, havendo condenação tanto por Juiz de Estado-membro da nossa República, como por Juiz Federal. Em primeiro lugar, com tal finalidade, reclama incidência o artigo 65 da Lei de Execução Penal, cujo teor é o seguinte. "A execução penal competirá ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença" (com destaque). A intenção do legislador, como fácil de perceber pelas palavras destacadas, foi a de, demarcando a área de competência dos órgãos jurisdicionais incumbidos da execução penal, consagrar o estabelecimento de um juízo especificamente competente, como tal definido na lei local de organização judiciária (cf., aliás, o disposto no artigo 144 da Constituição Federal, com a redação da Emenda nº 7, de 13 de abril de 1977). E o que, expressamente, consta dos itens 92 e 93 da Exposição de Motivos do Projeto que se transformou na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, nos quais se lê, ao final, verbis: "O texto da conclusão votada naquela ocasião já deixava antever a figura do juiz de execução, surgido na Itália em 1930 e em França após 1945. 93. Esse juízo especializado já existe, entre nós, em algumas unidades da Federação. Com a transformação do Projeto em lei, estamos certos de que virá a ser criado, tão celeremente quanto possível, nos demais Estados e Territórios". II- Por aí se vê, a salvo de qualquer dúvida, que o juízo competente para a execução penal é o determinado na lei local de organização judiciária, editada pelas unidades da República Federativa. So me